



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.

ESTAGNAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA; MÁRCIO MICELI SOUSA;

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

RECIFE - PE - CARIBE

carpera@unicap.br

APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR

COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E PREÇOS AGRÍCOLAS

ESTAGNAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

RESUMO

Sob a influência da expansão do capitalismo na agricultura, na década de 1970, foram implementadas no Agreste de Pernambuco ações que resultaram no processo de expansão do efetivo bovino, e conseqüentemente, no crescimento das áreas cultivadas com pastagens e redução das lavouras destinadas à produção de alimentos básicos. O processo foi viabilizado por investimentos governamentais, favorecendo a média e a grande propriedade e promovendo a concentração fundiária. O trabalho tem por objetivo identificar como as políticas agrícolas repercutiram na pecuária praticada por pequenos produtores, sobretudo a partir dos anos 1980. Foram consultadas publicações do CONDEPE, do IBGE, associadas à leitura de diversos autores e artigos científicos ligados à questão da modernização e da globalização e também sobre a pecuária praticada entre os produtores familiares. Foi elaborado um questionário que foi aplicado na microrregião do Médio Capibaribe, com produtores familiares, líderes e dirigentes sindicais, nos municípios de Bom Jardim e João Alfredo. Realizaram-se também entrevistas informais com técnicos da Sociedade Nordestina dos Criadores. O estudo procura mostrar que a produção familiar agrestina, além de enfrentar as estiagens periódicas, encontra-se marginalizada pela não utilização de técnicas modernas na pecuária e desprovida de acesso aos recursos produtivos e do apoio governamental. No período assistiu-se ao esvaziamento dos serviços direcionados à pequena produção, particularmente a assistência técnica. As condições oferecidas pelo Estado a estes pequenos criadores evoluíram mais na direção de transferências financeiras do que propriamente no apoio à atividade agropecuária.

1. INTRODUÇÃO

Em Pernambuco o estudo da agropecuária no Agreste tem merecido menos destaque que os referidos ao Sertão e à Zona da Mata, embora a região se constitua numa tradicional produtora de alimentos básicos (ANDRADE, 1998).

O trabalho visa à análise dos efeitos dos processos de modernização e das políticas públicas sobre a pecuária na região, particularmente a bovina. O estudo se justifica pela importância da atividade no cenário estadual. O Agreste historicamente foi e continua sendo uma região produtora de carne e leite, produzindo excedentes que contribuem para o abastecimento de todas as mesorregiões do Estado.

No cenário de expansão do capitalismo na agricultura, nos anos 1970, onde os mercados de insumos e máquinas agrícolas encontravam-se em crescente evolução, o Estado priorizou expandir as linhas de crédito e a transferência de pacotes tecnológicos, proporcionando ganhos de produtividade à atividade agropecuária. As medidas promovidas pelo Governo, visando dar maior dinamismo ao setor primário na região, acabaram sendo focadas apenas nos médios e grandes proprietários, modernizando e dinamizando apenas parte e não o todo da produção agropecuária.

O início da década de 1990 se caracterizou pela concretização de um processo de profundas transformações nas relações econômicas, sociais, culturais e ambientais pelo mundo. A hegemonia da civilização ocidental se fez presente, promovendo a adequação do planeta a uma lógica pragmática, onde o elemento preponderante era a maximização do lucro (STIGLITZ, 2002).

A promessa de que a economia de mercado seria capaz de diminuir as distorções geradas nos países em desenvolvimento, causadas pelo mau gerenciamento do Estado, no que diz respeito aos problemas de ordem econômica e social, não foi cumprida. Na área do estudo apenas uma minoria de produtores rurais teve acesso às inovações tecnológicas.

A transformação do mundo numa aldeia global abriu janelas de inclusão em algumas regiões que tiveram a oportunidade de desfrutar de novas tecnologias desenvolvidas quase sempre nos países ricos (BONANNO, 2002). Porém, as políticas direcionadas aos habitantes do campo dos países pobres, contemplados por esta nova perspectiva de desenvolvimento, sinalizam para o aprofundamento das desigualdades entre regiões, países e continentes.

A análise dos dados considerou as diferentes composições municipais estabelecidas pelo IBGE para o Agreste, nas décadas de 1980 e 1990. Na primeira, a mesorregião era composta pelas microrregiões Arcoverde, Agreste Setentrional, Vale do Ipojuca, e Agreste Meridional, enquanto que atualmente contempla as microrregiões Vale do Ipanema, Vale do Ipojuca, Alto Capibaribe, Médio Capibaribe, Garanhuns e Brejo Pernambucano.

O Mapa 1 mostra o Agreste de Pernambuco, enfatizando os dois municípios onde foi realizada a pesquisa.

2. O DESEMPENHO DA PECUÁRIA BOVINA NO AGRESTE

2.1. A Expansão Estimulada pelo Estado

Entre 1960 e 1980 verificou-se uma mudança estrutural no setor primário da região. O rebanho bovino cresceu 250% e a produção de leite aumentou 340%, consolidando a posição de liderança do Agreste pernambucano no criatório estadual. Houve uma expansão considerável nas pastagens plantadas, em geral substituindo áreas antes ocupadas com culturas de subsistência. Comparando a produção de 1975 com a de 1980, o Agreste pernambucano sofreu uma grande redução na área colhida e na produção de feijão, mandioca, milho e algodão herbáceo. A expansão das terras destinadas à pecuária foi avaliada em 400.000 ha, sem que tenha havido significativa elevação na oferta de postos de trabalho na atividade.

Os investimentos direcionados ao Agreste, quando confrontados com o estado de Pernambuco, em relação à aquisição de terras, promoção de novas instalações e melhoramentos no setor produtivo, mostram a prioridade dada à região de acordo com os dados do IBGE. O processo de modernização da atividade agropecuária na mesorregião foi estimulado e sustentado em parte pelo Estado, mediante a oferta de linhas de crédito e incentivos fiscais, sendo estes em sua maioria destinados à grande e à média empresa, contribuindo para o seu fortalecimento e estimulando a concentração fundiária (PEREIRA, 1986).

O processo de expansão do criatório trouxe modificações nas relações de produção. Antes da modernização, era comum a parceria calcada na “renda pela palha”, onde os arrendatários, parceiros e ocupantes recebiam um pedaço de terra para plantar culturas temporárias, destinando após a colheita, uma remuneração paga em forma de renda aos fazendeiros. Estes após receberem a terra de volta ainda eram beneficiados pelos restos das lavouras de subsistência que serviam para alimentar o gado. Muitas das vezes o fazendeiro incluía neste contrato a implantação da palma forrageira e do capim.

No decorrer da modernização esta parceria foi sendo colocada em segundo plano, dado o aumento da demanda por pastagens, determinada pela expansão do criatório. Para o proprietário da terra era mais viável economicamente utilizar com pastagens plantadas as terras anteriormente alugadas aos pequenos produtores, pois os retornos com a atividade pecuária eram maiores que a remuneração paga pela “renda pela palha” (PEREIRA, 1986).

2.2 O Desempenho no Período da Globalização

No começo da década de 1980 um tema era colocado em questão nos debates econômicos pelo mundo. Qual seria o papel do Estado na regulamentação e no funcionamento da economia? Duas correntes do pensamento econômico tinham respostas diferentes para este questionamento.

A escola keynesiana, que vinha constituindo um forte apoio à reconstrução do capitalismo, desde o final da segunda guerra mundial, via no Estado a grande força propulsora do desenvolvimento econômico, por dispor de poder e isenção suficientes para combater as distorções sociais provocadas pelas falhas de mercado. Em contraposição ao ideal keynesiano, a escola monetarista, cujo grande expoente e difusor fora Milton Friedman, propunha a mínima intervenção do Estado na economia, pois alegando combater as distorções geradas pelo mercado, o aparelho estatal acabava por provocá-las de forma ainda mais intensa.

O elevado endividamento dos países subdesenvolvidos na década de 1980 promoveu uma crise sem precedentes nas economias periféricas, funcionando como pano de fundo para a implementação de uma reforma macroeconômica seguindo a cartilha de estabilização e ajuste estrutural imposta pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e pelo Banco Mundial, ocasionando um desmantelamento das instituições do Estado e promovendo uma redução bastante significativa nos gastos públicos destinados às áreas sociais (CHOSSUDOVSKY, 1999).

O enfraquecimento do socialismo frente ao capitalismo reforçou a hegemonia do capital e o mundo passou a adotar uma configuração unipolar, onde se propunha o mercado assumir muitas das responsabilidades atribuídas ao Estado (BONANNO, 2002).

No período da modernização referente aos anos 1960 e 1970 o aparelho estatal havia sido utilizado para viabilizar o processo de extração dos excedentes produzidos pelos agricultores, por meio das relações comerciais de compra e venda de insumos, máquinas e produtos. Na globalização a prioridade foi o comprometimento das políticas macroeconômicas nacionais, a redução do tamanho do Estado e a inviabilização financeira dos países subdesenvolvidos, repercutindo nas restrições aos investimentos sociais.

Um claro exemplo do enfraquecimento da atuação do Estado na agropecuária agrestina pernambucana foi a perda da prioridade de políticas públicas direcionadas à pequena produção, resultando, por exemplo, na quase desativação da assistência técnica e na extinção do Projeto São Vicente, executado no governo Sarney e considerado pelos seus beneficiários como uma das mais eficientes intervenções do Estado junto à produção familiar. No que se refere ao crédito, apesar de serem oferecidas taxas de juros diferenciadas em favor da produção familiar, seu montante é insuficiente frente à demanda por financiamento e sua finalidade fica comprometida pela falta de assistência técnica.

“O apoio do governo ao pequeno produtor familiar tem se mostrado cada vez pior. Antigamente o governo ajudava na criação de bovinos e cabras no Projeto São Vicente criado pela SUDENE. A associação recebia o dinheiro para comprar os animais. Era crédito a fundo perdido e o produtor depois de um tempo devolvia o mesmo número de cabeças que serviam para atender a outra família. A assistência técnica era feita pelos técnicos da EMATER” (Margarida Maria dos Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim, Agreste de Pernambuco).

Desprovidos de recursos suficientes para se modernizar e convivendo com um Estado pouco atuante, os agricultores familiares se viram incapazes de conquistar um lugar nesta nova dinâmica de mercado. Mais uma vez se assiste, com o apoio das políticas públicas, a forma diferenciada na apropriação dos excedentes entre os grupos sociais, onde o eixo principal de acumulação é representado pelo capital financeiro, o industrial e o comercial (FURCHE, 1983).

Por outro lado, a economia a nordestina apresentou, no período da abertura comercial, algumas mudanças significativas no campo, beneficiando pólos de desenvolvimento regional, como a região do São Francisco, inserida na caatinga, pelas vantagens comparativas de alguns produtos e sua procura no mercado internacional, como a uva e a manga cultivadas em regime de irrigação (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga, 2004).

A tabela 1 mostra a evolução do rebanho bovino da mesorregião entre 1984 e 1988.

Tabela 1 – Evolução do Efetivo do Rebanho Bovino no Agreste Pernambucano. 1984-88.

Mesorregião Microrregiões	Efetivo Bovino	
	1984	1988
Agreste Pernambucano	849.079	1.051.886
Arcoverde	85.597	160.228
Agreste Setentrional	184.364	170.476
Vale do Ipojuca	231.556	293.070
Agreste Meridional	347.562	428.112

Fonte: IBGE. Produção da Pecuária Municipal de 1984.
IBGE. Produção da Pecuária Municipal de 1988.

Analisando o comportamento da pecuária bovina no período, verificou-se um crescimento no rebanho de aproximadamente 24% entre 1984 e 1988. A economia brasileira passou por uma intensa recessão nos primeiros anos da década de 1980, embora o governo federal tenha tentado manter o apoio ao crédito rural. A recuperação econômica do país se verifica a partir de 1984. A retomada do crescimento do rebanho pode ser também explicada por coincidir com um período de maior regularidade pluviométrica na região, que passou por uma das maiores secas de sua história entre 1979 e 1983.

A comparação entre dados das tabelas 1 e 2, esta última mostrada a seguir, já na nova composição municipal estabelecida pelo IBGE para a região, revela um pequeno acréscimo no tamanho do rebanho bovino no período 1988-1995. Os dados demonstram uma grande redução do efetivo bovino durante o período de 1995-99, novamente coincidindo com problemas climáticos no ano de 1998. A partir do ano de 1999, com exceção do Médio Capibaribe, verifica-se uma retomada do crescimento da pecuária bovina, compartilhada por cinco das seis microrregiões que compõem o Agreste pernambucano, sem, todavia, recuperar o total do efetivo inicial no período analisado na tabela 2 .

Tabela 2 – Evolução do Efetivo do Rebanho Bovino no Agreste Pernambucano. 1995,1999 e 2002.

Mesorregião Microrregiões	Efetivo Bovino		
	1995	1999	2002
Agreste Pernambucano	1.094.589	682.947	958.189
Vale do Ipanema	193.582	120.090	164.850
Vale do Ipojuca	289.657	187.795	316.422
Alto Capibaribe	64.874	34.200	44.950
Médio Capibaribe	104.507	57.000	53.300
Garanhuns	318.015	170.501	255.052
Brejo Pernambucano	123.954	113.361	123.615

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995-96.

IBGE. Produção da Pecuária Municipal 1999.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal de 2002.

Constata-se que entre 1995 e 2002 a mesorregião manteve a sua participação na produção de carne bovina no Estado - 55% - consolidando assim a sua posição de principal ofertante do produto. A pesquisa trimestral de abate de animais promovida pelo IBGE revelou que foram abatidos em Pernambuco 353.976 animais no ano de 2002. Os números apresentados na tabela 3, para a produção de carne, são obtidos por estimativa, utilizando-se dados da Pesquisa Trimestral de Abate de Animais (IBGE), sobre produção de carcaças.

Tabela 3 – Produção de Carne (em toneladas)

Anos	Pernambuco	Agreste
1999	59.805,5	32.893,0
2002	79.056,6	43.481,1
2003	76.011,6	41.806,4

Fonte: Elaboração dos autores.

Constata-se, deste modo, que a mesorregião, representando 24% da superfície do Estado e aproximadamente 20% da sua população, contribui com um percentual bem maior para o abastecimento de carne no Estado. Por outro lado, a atividade pecuária executada pela

produção familiar no Agreste representa uma tradição, muito embora tenha recebido pouco apoio através das políticas públicas.

A comercialização dos animais vivos é feita diretamente com o marchante local ou na feira de João Alfredo. Não existe balança, o peso do animal é discutido e negociado entre o vendedor e o comprador, a “olho nu”. No Médio Capibaribe, a feira de gado de João Alfredo é um tradicional ponto de encontro entre os pecuaristas dos municípios de Bom Jardim, Limoeiro e João Alfredo. Constitui-se também como um importante mercado para a venda de carne, leite e seus derivados.

O Jornal do Comércio em sua edição de 09/12/2003, chama a atenção para a situação dos matadouros, no âmbito de uma série de reportagens sobre a pecuária estadual. O abate do gado e a venda de animais em feiras, nem sempre respeitam as condições de higiene. Dificilmente a carne é guardada em câmaras frigoríficas. Estima-se que existam cerca de 173 matadouros no Estado.

As condições de comercialização da carne parece ter melhorado um pouco pela presença de um veterinário no matadouro público de João Alfredo. Mas a situação ainda se encontra distante da necessidade real. No local onde são abatidos os animais, as condições de higiene ainda são precárias.

Do lado da pequena produção a atividade é restringida pelo pouco acesso dos criadores aos recursos produtivos, onde os fatores terra e água apresentam uma importância fundamental. Normalmente o criatório é constituído de pequeno número de animais, às vezes de um só, ou mesmo dois. Este gado pode ser próprio ou cedido por terceiros para que o produtor o trate e engorde.

Quando dispõem de maiores recursos de terra e algum excedente, os pequenos criadores compram um garrote no inverno, para engorda, vendendo-o no verão. Geralmente estes animais são vendidos para o abate nas feiras do interior, proporcionando uma complementação da renda familiar.

A pecuária leiteira no país é marcada pela heterogeneidade do porte da sua produção, em que convivem sistemas altamente tecnificados e eficientes, ao lado de outros de tecnologia tradicional e baixo nível de produtividade. A bacia leiteira do Agreste pernambucano vive há duas décadas uma grande crise de sustentabilidade, onde médios e pequenos criadores têm dificuldade em permanecer na atividade, dadas às estiagens temporárias, as políticas agrícolas inadequadas e insuficiência de recursos.

A produção de leite no Agreste é estimada em 4,0 litros/vaca/dia, número pouco expressivo quando comparado ao de outros países, como Estados Unidos, CEE, Argentina e Uruguai. A tabela 4 apresenta dados sobre produção e disponibilidade interna de leite.

Tabela 4 - Produção e Disponibilidade Interna de Leite.

Unidade Espacial	Produção de Leite 1000 l/ano	Disponibilidade interna
Brasil	15.300.000	285 g/hab/dia
Nordeste	2.400.000	95 g/hab/dia
Pernambuco	209.686	92 g/hab/dia
Agreste	141.532	258 g/hab/dia
Recomendações da FAO	-	400 g/hab/dia

Fonte: IBGE. 1994.

O Brasil mantém um déficit entre as necessidades humanas e a produção de leite e derivados. Isto resulta do fato da disponibilidade interna *per capita* no país ser de apenas 285 gramas por habitante/dia, quando a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO recomenda uma oferta de 400 gramas por habitante/dia. Na região Nordeste esta

disparidade apresenta-se ainda maior, pois a média para a região é de 23,7% do proposto pela FAO. Já no Agreste pernambucano esta média apresenta um índice mais elevado, em torno de 64,5% do proposto, ainda inferior à média nacional.

A região Nordeste é responsável por 14% da produção nacional e vem ao longo do tempo apresentando índices de produtividade crescentes em sua pecuária, mas que ainda ficam muito a desejar, quando comparados aos obtidos nas regiões Sul e Sudeste do País. Dentre as mesorregiões fisiográficas de Pernambuco o destaque é o Agreste, responsável por cerca de 70% da produção total, ou seja, 141,5 milhões de litros/ano.

Os dados da produção leiteira agrestina, a partir de 1995, são mostrados na tabela a seguir.

Tabela 5 - Produção de Leite no Agreste de Pernambuco (mil litros).
1995, 1999 e 2002.

Produção de leite	1995	1999	2002
Agreste Pernambucano	306.327	181.029	264.418
Vale do Ipanema	79.060	42.097	78.221
Vale do Ipojuca	112.250	61.799	87.001
Alto Capibaribe	11.095	8.745	11.507
Médio Capibaribe	8.833	19.195	21.366
Garanhuns	79.616	35.030	76.367
Brejo Pernambucano	15.473	14.163	11.955

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995-96.

IBGE. Produção da Pecuária Municipal. 1999 e 2002..

Ao longo do período considerado, de forma semelhante ao que ocorreu com o seu efetivo, mostrado na tabela 2, verifica-se uma redução na produção agrestina de leite. Entre 1999 e 2002 a produção voltou a crescer, sem, no entanto, atingir a produção do início do período. A microrregião do Médio Capibaribe é responsável pela quarta maior produção na mesorregião do Agreste pernambucano. Os dados obtidos na Pesquisa de Pecuária Municipal de 2002 do IBGE revelam que a produção de leite nos municípios de Bom Jardim e João Alfredo foi, respectivamente, da ordem de 1.775.000 e 3.528.000 litros.

O beneficiamento do leite é realizado pela Parmalat, a Capri e a Leite Fazenda, sendo a primeira a que beneficia a maior quantidade. Estas empresas concentram a comercialização do produto *in natura* de quase toda a oferta da mesorregião. Existe também uma rede de pequenas fábricas de queijos, manteiga, iogurtes e requeijão que têm o Grande Recife como principal consumidor.

Com a falência da matriz da Parmalat na Itália, há dois anos, a situação do produtor fornecedor de leite apresentou-se temporariamente incerta, tendo já sido regularizado o fornecimento para a empresa.

No que se refere à participação nos resultados da comercialização do produto da pecuária, os aumentos nos preços do leite e da carne foram inferiores aos dos insumos utilizados.

3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS REPERCUSSÕES

O recente processo de modernização da agropecuária ocorrido a partir de 1990, promoveu uma intensificação das desigualdades sociais no campo. Se de um lado, as intervenções do Estado contaram com recursos insuficientes frente à grandeza dos problemas ligados às limitações naturais, sociais e econômicas da região, de outro, a opção feita na aplicação desses investimentos não priorizou a camada social mais necessitada.

Nas situações de seca, o Estado não tem atuado no sentido de apoiar os criadores com base no trabalho familiar de modo que se fortaleçam para enfrentar a estiagem de forma duradoura. O apoio tem sido somente de modo emergencial, por meio de carros-pipa, implantação de frentes de serviço temporárias, distribuição de cestas básicas. De modo que, no próximo período de seca, o produtor estará outra vez despreparado e sem recursos para enfrenta-lo.

Há três décadas havia um maior apoio governamental à atividade pecuária no Agreste pernambucano, através de programas e incentivos aos criadores. O que se vê no campo é a pequena produção sem acesso aos serviços de assistência técnica, os quais na prática foram desativados.

A assistência técnica encontra-se totalmente fragilizada no Estado, sem recursos e sem condições materiais para realizar o papel que desempenhava até os anos 1970. Atualmente funciona como parte da Empresa Pernambucana de Pesquisas Agropecuárias, da Secretaria de Agricultura do Estado. Em 88 dos 184 municípios existem escritórios que prestam assistência a 128. Do total de escritórios, 43 funcionam em convênio com prefeituras municipais. Há ainda escritórios que não contam com nenhum extensionista ou técnico. Os municípios de Bom Jardim e João Alfredo contam, cada um, com o serviço de um auxiliar de extensionista, o qual dispõe de poucos meios para executar sua tarefa junto aos pequenos produtores.

A assistência técnica passou por um desmonte desde o governo Sarney. Em 1990, no governo Collor, a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, a que a então EMATER (empresa estadual) era vinculada, foi extinta, desencadeando-se então um processo de esvaziamento, promovido também pelo governo estadual. No ano de 1993 a EMATER de Pernambuco possuía 1.300 funcionários, sendo 600 técnicos. Hoje a assistência oficial conta no campo com 67 extensionistas agrícolas e 35 auxiliares, 15 extensionistas sociais e 7 auxiliares.

Nos anos 1990 apelou-se ainda para empresas privadas, ONGs e cooperativas prestarem o serviço de assistência técnica aos produtores familiares, especialmente em assentamentos de reforma agrária. Verifica-se, na maioria desses casos, que o trabalho é executado muito a distância, havendo maior presença nas ocasiões de elaboração de projetos de financiamento. Em geral trata-se de pessoas pouco treinadas para a tarefa de ação integral junto às famílias rurais. Uma questão importante a registrar é que o serviço de assistência técnica acumulou um conhecimento e formou um grande número de especialistas que ainda hoje estão na ativa ou aposentados, semi-ociosos, mas que poderiam dar uma importante contribuição caso o Estado decidisse restabelecer o serviço.

As linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF - representam uma esperança, pelas suas condições de financiamento que favorecem o produtor. Todavia verifica-se que ainda é pequeno o número de contratos de financiamento realizados e destinados aos pequenos criadores do Agreste Setentrional de Pernambuco.

Ainda quanto ao crédito rural, mesmo com a existência de linhas de crédito diferenciadas, os produtores têm receio de recorrer a este instrumento. Nos últimos anos, entre eles cresceu a inadimplência, que era anteriormente insignificante. Na pesquisa de campo constatou-se que muitos se preocupam com a sua condição de pagar a dívida ao banco e com o crescimento do seu passivo. *“Se o pobre tirar dinheiro no banco não paga. Por isso nunca tirei o crédito. Teve gente que fez e está encalhada. A coisa para o pobre é cada vez pior”.* (Severino Pereira Ribeiro, 57 anos, morador de João Alfredo).

Diante da crise vivida na bacia leiteira do Agreste pernambucano, o Governo estadual decidiu intervir na economia desta mesorregião, criando em 2001 o Programa do Leite de Pernambuco, o qual adquire diariamente 40 mil litros produzidos no Estado. A iniciativa se constitui tanto como política social, quanto de regulamentação econômica, mediante a garantia de compra do leite produzido nas pequenas unidades produtivas, a um preço mais justo.

A Companhia de Abastecimento e de Armazéns Gerais de Pernambuco – CEAGEPE, enquanto órgão executor do Programa, garante a aquisição do leite às empresas, ao preço de R\$ 0,95 por litro, sendo estas obrigadas a pagar R\$0,52 ao produtor. O produto adquirido é fornecido de forma gratuita a famílias carentes, crianças, gestantes e mães que estão em fase de amamentação.

4. OS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

As entrevistas de campo, sobre as repercussões da modernização e das políticas agrícolas direcionadas à criação de bovinos, de certo modo trouxeram respostas semelhantes nos dois municípios selecionados para a pesquisa.

A produção familiar, na maioria dos casos, vive em lotes de menos de um hectare (um dos que responderam ao questionário possui 7 hectares). A região é rica em água proveniente de fontes naturais, que representavam um enorme potencial para a irrigação. O freqüente desmatamento causou a redução ou o desaparecimento de parte destas abundantes fontes, impondo uma limitação ao desenvolvimento da pecuária. Um entrevistado apontou para a necessidade de implantação de um projeto de reflorestamento, como forma de minimizar o problema da falta d'água.

Quando perguntados se era mais fácil conviver com a seca atualmente ou há dez anos atrás, 60 % dos pecuaristas familiares disseram ser mais fácil lidar com a seca hoje, dado o maior número de cisternas e terra ocupada com palma forrageira, bem como o aumento das frentes emergenciais que distribuem cestas básicas na região. Já os que afirmaram ser no passado mais fácil enfrentar a seca, apontaram a devastação da vegetação nativa como a principal causa.

Entre os entrevistados que responderam ao questionário nos dois municípios, alguns afirmaram que a sua renda familiar cresceu em relação à década de 1990. Esses criadores, porém, reconheceram que a razão para esta melhoria não se encontra diretamente ligada ao maior dinamismo da pecuária por eles praticada e sim aos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, o acesso por parte de alguns integrantes da família à aposentadoria e pensão. A expansão da infra-estrutura promovida pelo Estado através da construção de novas estradas e o maior acesso à energia elétrica para a população foram considerados aspectos determinantes na elevação da renda familiar.

Na pesquisa de campo realizada em Bom Jardim foram entrevistados cinco pequenos criadores, dos quais três revelaram se dedicar à criação de bovinos e caprinos, enquanto que os outros dois declararam praticar somente a bovinocultura. O tamanho médio do rebanho dos que praticam a pecuária mista é de dois garrotes e uma cabra. O rebanho dos que praticam apenas a bovinocultura é constituído em média de três garrotes. Quatro dos cinco entrevistados disseram que a extensão de suas terras era insuficiente para aumentar a sua produção.

A tabela abaixo retrata o uso de práticas no manejo do rebanho.

Tabela 6 – Adoção de práticas na pecuária em Bom Jardim..

Práticas	Desempenho	(%)
Vacinação	Sistemático	20
Vermifugação	Utilizam vermífugos	40
Visita do veterinário	Apenas em último caso	100
Inseminação artificial	Não utilizam	100
Complementação mineral	Utilizam	60
Utilização das Terras	Pasto nativo	100

Fonte: Pesquisa de Campo.PIBIC/UNICAP. 2003/2004.

A maior parte dos pecuaristas vacina o rebanho apenas quando surge uma campanha de vacinação da Secretaria de Agricultura de Pernambuco ou quando algum animal na região apresenta sintoma de febre aftosa ou raiva. A visita do veterinário é solicitada em último caso, quando já não resolve recorrer a vizinhos ou a vacinadores. A vermifugação e o uso de suplementos minerais são práticas usadas aproximadamente pela metade dos entrevistados. A inseminação artificial não é praticada na área.

Em João Alfredo, de modo quase unânime, os entrevistados declararam que a situação da pecuária familiar hoje se encontra mais difícil em relação ao decênio passado. As dificuldades perpassam também pelos elevados juros cobrados para o financiamento, inviabilizando a aquisição de novos animais e implantação de benfeitorias nos lotes dos pequenos criadores. A decadência, ao longo do tempo, na qualidade da assistência técnica ofertada pelo Estado, tem se constituído como um agravante ainda maior para a situação da pecuária.

Para um estudante do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, a situação da pecuária praticada pelo pequeno pecuarista encontra-se bastante difícil. Para ele, há falta de esclarecimento sobre o acesso ao crédito. Para outro entrevistado, mesmo não tendo sido registrado há algum tempo nenhum caso de febre aftosa no município, a erradicação desta doença ainda é um sonho distante de se concretizar. O proprietário da casa especializada na venda de produtos agropecuários declarou ter vendido mais doses da vacina em 2003 quando comparado a 2004.

A tabela 7 apresenta as principais características da pecuária praticada pelo pequeno criador neste município.

Tabela 7 – Adoção de práticas na pecuária em João Alfredo.

Práticas	Desempenho	(%)
Realização de vacinação	Sistemático	25
Vermifugação	Utilizam vermífugos	50
Visita do veterinário	Apenas em último caso	100
Inseminação artificial	Não utilizam	100
Complementação mineral	Utilizam	50
Utilização das Terras	Pasto nativo	100

Fonte: Pesquisa de Campo.PIBIC/UNICAP. 2003/2004.

Os resultados obtidos das entrevistas neste município, sobre o uso de práticas na pecuária, são semelhantes aos da tabela 6. Apenas um dos entrevistados vacina o rebanho anualmente contra a raiva e de 6 em 6 meses contra a febre aftosa. A metade dos entrevistados declarou vermifugar o rebanho uma vez por ano..

Em João Alfredo também apenas metade dos pequenos criadores disponibiliza uma complementação mineral ao rebanho, sob a forma de farelo de milho e sal mineral. Os outros 50% afirmaram não terem condições financeiras para a aquisição deste complemento. Todos os entrevistados utilizam o pasto nativo para alimentar o seu rebanho.

Os produtores que responderam à pesquisa nos dois municípios colocam que suas necessidades principais são: a implantação da assistência técnica regular e boa qualidade; possibilidade de utilizar a irrigação; um programa de distribuição de terra para os que não dispõem deste recurso de forma suficiente; e a ampliação das linhas de crédito. A instalação da energia trifásica tem uma significação estratégica para o desenvolvimento dos trabalhos na agropecuária. A energia monofásica, atualmente instalada, não é suficiente para atender às necessidades domésticas e o funcionamento de um projeto de irrigação, sobretudo para produzir pastagem o ano todo. A implantação de um projeto de irrigação esbarra também na falta de condições materiais para a aquisição dos equipamentos.

A tabela a seguir mostra as principais reivindicações dos entrevistados na área da pesquisa.

Tabela 8 – Reivindicações dos criadores nos dois municípios.

Reivindicações	(%)
Irrigação	100
Energia trifásica	100
Expansão do Crédito	100
Assistência técnica	75
Distribuição de terras	75

Fonte: Pesquisa de Campo.PIBIC 2003/2004.

Muitos pecuaristas familiares afirmaram que o resultado da renda oriunda do criatório não seria suficiente para pagar o empréstimo contraído junto ao banco. Quando perguntados sobre o futuro da pecuária praticada pelo pequeno produtor no seu município, a grande maioria mostrou-se bastante pessimista. A razão para toda esta falta de perspectiva reside, segundo a maioria dos entrevistados, na falta de apoio do Estado ao desenvolvimento da atividade pecuária.

5. CONCLUSÃO

A modernização da pecuária agrestina, por vinte anos a partir de 1960, foi estimulada e sustentada, em parte, pelo Estado. As políticas públicas voltadas para o setor primário priorizaram o fortalecimento da grande e média propriedade, em detrimento dos pequenos produtores, estimulando o processo de concentração fundiária. Deste modo áreas ocupadas com lavouras, praticadas por produtores familiares foram substituídas por pastagens, em suporte à pecuária.

Nas duas últimas décadas a modernização repercutiu de forma diferenciada na agropecuária praticada nos países subdesenvolvidos, assim como em regiões de um mesmo país. No Nordeste brasileiro verificou-se a abertura de algumas oportunidades de mercado para produtos diferenciados qualitativamente, como os provenientes da agricultura irrigada no sub-

médio São Francisco. A região viveu uma grande expansão econômica impulsionada pelo conjunto destas atividades.

No início da onda de globalização, o país altamente endividado, assiste-se ao desmantelamento do aparelho estatal e a inviabilização de instituições com atuação no meio rural, particularmente aquelas voltadas ao serviço do produtor familiar. Repete-se, com intensidade, o processo histórico de alijamento sofrido pelo pequeno produtor, com repercussões negativas no seu acesso a novas tecnologias e a condições de competir no mercado de insumos e produtos.

Historicamente verifica-se o processo de extração de excedentes do produtor familiar nas suas articulações com o mercado, através de relações de compra e venda de insumos e produtos em geral desfavoráveis a eles, impossibilitando-os assim, de desenvolver processos significativos e persistentes de acumulação de capital.

A pecuária praticada pelos produtores familiares do Agreste de Pernambuco não acompanhou o processo de modernização observado em outras regiões do país. O pequeno pecuarista se viu ainda mais marginalizado no mercado, pois as exigências impostas à competição foram cada vez maiores. O resultado é a geração de uma renda familiar insuficiente para as suas necessidades e, conseqüentemente, uma baixa qualidade de vida.

O estudo mostra a inexistência de um projeto público de apoio à pecuária familiar no Agreste de Pernambuco, mais especificamente no Médio Capibaribe. As condições oferecidas pelo Estado evoluíram mais na direção de transferências financeiras como o Bolsa-Família, pensões e aposentadorias do que propriamente no apoio à atividade pastoril.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6ª ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro. Zahar, 1999.
- BONANNO, Alessandro. **Las características y perspectivas futuras de la globalización**: el caso del sector agro-alimentário. Congresso de ALASRU, Porto Alegre, noviembre, 2002.
- BUAINAN, Antonio Márcio e REZENDE, Gervásio de Castro. Ajuste, inflação e agricultura no Brasil: a experiência dos anos 80. **IN: Agropecuária e agroindústria no Brasil**: ajuste, situação atual e perspectivas. 1ª ed. Campinas: ABRA, 1995.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da pobreza**: impactos das reformas do FMI e Banco Mundial. Moderna, 2ª ed. São Paulo, 1999.
- CONDEPE/FISEPE. **Base de dados do Estado - desempenho em 2000**. Recife.
- CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA CAATINGA. **Cenários para o Bioma Caatinga**. Recife, 2004.
- FURCHE, Carlos. **A Pequena produção camponesa**: aspectos centrais da discussão e análise. MINTER/SUDENE/POLONORDESTE/OEA, Recife, 1983.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 1980**. Rio de Janeiro, 1983.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 1985**. Rio de Janeiro, 1991.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE. **Produção da Pecuária Municipal de 1984**. Rio de Janeiro, 1986.
- IBGE. **Produção da Pecuária Municipal de 1988**. Rio de Janeiro, 1990.
- IBGE. **Produção da Pecuária Municipal de 1994**. Rio de Janeiro, 1996.
- IBGE. **Produção da Pecuária Municipal de 1999**. Rio de Janeiro, 2000.
- IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal de 2002**. Rio de Janeiro, 2003.
- IBGE. **Pesquisa Trimestral de Abate de Animais**. Rio de Janeiro.

- MELO, Mário Lacerda de. **Os Agrestes**. SUDENE, Série Estudos Regionais, nº 4. 1988.
- PEREIRA, José Maurício. A modernização agropecuária e suas repercussões no Agreste de Pernambuco. **IN: Revista Pernambucana de Desenvolvimento**, Recife, 11(2); 12(1): 207-218, jun 1986.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ª ed. São Paulo. Record, 2000.
- STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e os seus malefícios – a promessa não cumprida de benefícios globais**. Trad. Bazán Tecnologia e Lingüística. : Futura, São Paulo, 2002.